

## **DCI – 28/01/2015**

### **Distribuidoras esperam 4º ciclo de revisão tarifária para voltar a investir**

O terceiro ciclo de revisões tarifárias de 2011 e as mudanças regulatórias impostas pela Medida Provisória 579 de setembro de 2012 diminuíram a capacidade de investimento das companhias

São Paulo - O quarto ciclo de revisões tarifárias é aguardado com ansiedade pelas distribuidoras de energia elétrica, que esperam conseguir recompor o caixa com a aprovação das novas regras e retomar o nível de investimentos de anos atrás.

"Esperamos que as regras sejam definidas de forma a ajudar as distribuidoras a recompor o caixa criando um cenário que permita mais investimentos no setor", afirma o presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite.

Os ciclos de revisão tarifária acontecem a cada quatro anos e são o momento em que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) atualiza os valores de receita necessária para cobrir custos operacionais e a remuneração adequada para os investimentos feitos pelas distribuidoras de energia. O objetivo dessas revisões periódicas é garantir a sustentabilidade das concessões no setor.

No entanto, para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o governo federal tomou decisões nos últimos anos que "desarranjaram o setor de energia elétrica". Ele acredita, porém, que a nova equipe econômica está no caminho certo.

Para Sales medidas como a autorização de revisões extraordinárias no preço das tarifas e as mudanças do quarto ciclo de revisão devem fazer de 2015 um bom ano para as empresas começaram a recompor o caixa.

"Essas medidas vão permitir uma incorporação grande de recursos no caixa das distribuidoras e essa é uma iniciativa essencial para que o setor saia da crise financeira que", afirmou Sales. Ele alerta, entretanto, que deve demorar alguns anos para que as distribuidoras terminem de pagar as dívidas assumidas ao longo dos últimos anos.

### **Caixa**

O terceiro ciclo de revisões tarifárias de 2011 e as mudanças regulatórias no setor de energia aprovadas por meio da Medida Provisória 579 de setembro de 2012 diminuíram a capacidade de investimento das distribuidoras, segundo especialistas ouvidos pelo DCI.

A AES Eletropaulo investiu R\$ 453,2 milhões nos primeiros nove meses do ano passado, queda de 14,9% sobre igual período de 2013, quando desembolsou R\$ 533,1 milhões. Em 2012 e 2013 foram alocados um total R\$ 809,1 milhões. A soma é praticamente o mesmo volume investido em 2011, cerca de R\$ 831 milhões.

A Light também teve uma redução nos investimentos. Em 2011, a empresa investiu R\$ 928,6 milhões, em 2012 esse montante caiu para R\$ 797 milhões e em 2013 aplicou R\$ 845 milhões, abaixo, no entanto, do investido antes da aprovação das novas regras tarifárias e da MP 579.

Já a Coelba, que atende consumidores do Estado da Bahia, investiu um total de R\$ 1,046 bilhão em 2011 o mesmo investido no ano seguinte. Em 2013, a distribuidora de energia investiu R\$ 1,040 bilhão.

Na visão do presidente da Abradee, as mudanças do terceiro ciclo de revisões tarifárias de 2011 foram os principais motivos da redução de investimentos das empresas.

Durante esse ciclo, a Aneel reduziu o capital investido pelas distribuidoras de energia (WACC, na sigla em inglês) de 9,95% para 7,5%. Essa medida diminuiu o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) - indicador de liquidez financeira das empresas.

Segundo Leite, a redução no WACC tem um impacto de R\$ 3 bilhões no Ebitda das empresas aumentando o custo de captação de recursos. A dificuldade de tomar dinheiro por sua vez diminuiu a capacidade de investimento das empresas.

"O mercado financeiro antes de emprestar avalia a capacidade de pagamento da empresa. Com um Ebitda menor se torna mais caro e difícil captar recursos para realizar investimentos", afirmou Leite.

Já ex-presidente da AES Eletropaulo, Eduardo Bernini, destaca o impacto da MP 579 sobre a capacidade de investimento das distribuidoras. "As mudanças regulatórias introduzidas pela medida provisória tornaram o Tesouro Nacional parte da equação financeira do setor elétrico. Desde então, a conta das empresas não fecha se não houver recursos do Tesouro ou empréstimos de bancos. Ou seja, o setor deixou de ser autossustentável", afirmou.

## **Tarifa**

O socorro financeiro as distribuidoras de energia elétrica deve acabar esse ano. Apesar disso, o governo federal estuda como resolver as dívidas contraídas pelas empresas do setor em operações no mercado de curto prazo em novembro e dezembro do ano passado.

A solução deve ser recorrer novamente a um empréstimo junto a um grupo de bancos. Ontem a Aneel adiou mais uma vez a data final para o pagamento dessas dívidas. O prazo agora será 31 de março. Nesse período, o governo deve procurar instituições financeiras para negociar condições de empréstimos mais favoráveis.

Em 2015, o montante que estava sendo pago pelo governo ou por meio de empréstimos será arcado pelo consumidor por meio de um reajuste extraordinário no preço da tarifa de energia elétrica.

O diretor da Aneel, Tiago Correia, disse ontem a agência de notícias Reuters, que o valor total da CDE a ser repassado para a tarifa será inferior aos R\$ 23 bilhões inicialmente previstos pelas agências. Ele, no entanto, não quis estimar qual será o montante.

## *SITUAÇÃO CRÍTICA*

### **Distribuidoras enfrentam problemas de contratação desde 2012**

2012: Ao fim de 2012, três geradoras - Cesp, Cemig e Copel - não aceitaram a prorrogação de contratos de concessão sob novas regras, que visavam reduzir o preço da eletricidade em até 20%. Com isso, as distribuidoras elétricas não conseguiram contratar toda a energia de que precisavam.

2013: As companhias tiveram então que suprir o déficit no mercado de curto prazo, em meio a condições hidrológicas desfavoráveis que provocaram a necessidade de

forte geração térmica, mais cara. As distribuidoras ficaram, com isso, em sérias dificuldades de caixa. Em socorro ao segmento, o governo destinou mais de R\$ 9 bilhões do Tesouro às empresas em 2013, via Conta de Desenvolvimento.

2014: Mesmo com a realização de um leilão A-1 em dezembro de 2013, para tentar suprir o déficit de contratação, as concessionárias de distribuição continuaram com uma exposição involuntária ao mercado de curto prazo de 3,5 mil MW . Junto a isso, a falta de chuvas e o aumento do consumo devido ao calor excessivo provocaram novamente a necessidade de grande despacho térmico este ano. As distribuidoras ficaram novamente em situação de desequilíbrio financeiro, daí a necessidade de uma solução do poder público.

A CCEE intermediou dois empréstimos junto a um grupo de bancos. O primeiro em abril, no total de R\$ 11,2 bilhões, e o segundo em agosto, de R\$ 6,6 bilhões.

2015: A CCEE estuda um novo aporte de R\$ 2,5 bilhões para pagamento dos débitos relativos às operações de dezembro e novembro do ano passado. Além dos empréstimos, as distribuidoras receberam R\$ 10 bilhões do Tesouro via CDE.

Para este ano, o governo não sinaliza que fará novos aportes com recursos do Tesouro e a CCEE também não deve intermediar novos empréstimos

FONTE: CCEE, CDE